



V - A onerosidade excessiva embora tenha sido posta na disciplina dos contratos, é hipótese de defeito do negócio jurídico, que também leva à anulabilidade, onde o contrato nasce perfeito e válido, mas durante a sua execução, determinados fatores determinam a sua extinção. A resolução não é determinada por vício no elemento constitutivo do negócio, mas por um motivo exterior ao contrato, que surge posteriormente, dando ao contratante o direito de rescindir o negócio jurídico.

- a - Somente os itens I e III atendem as premissas fixadas pelo autor citado e a lei posta;
- b - Somente os itens I e V atendem as premissas fixadas pelo autor citado e a lei posta;
- c - Somente os itens IV e V atendem as premissas fixadas pelo autor citado e a lei posta;
- d - Só o item I atende as premissas fixadas pelo autor citado e a lei posta;
- e - Nenhum dos os itens atende as premissas fixadas pelo autor citado e a lei posta.

61 - Analisando o Novo Código Civil em face da Administração Pública, observe os itens abaixo e assinale a melhor alternativa:

- I - As normas relativas à prescrição não se aplicam à Fazenda Pública, já que ela está sujeita ao Decreto 20.910/32;
- II - As normas referentes aos contratos não vinculam a Administração Pública, uma vez que os contratos administrativos estão sujeitos à Lei de Licitações;
- III - As regras das pessoas jurídicas e as do domicílio são as únicas que interferem na Administração Pública;
- IV - O código alijou de suas disposições as pessoas jurídicas de caráter público, que se tenha dado estrutura de direito privado.

- a - Somente os itens I e II são verdadeiros;
- b - Somente os itens II e III são verdadeiros;
- c - Somente os itens I, II e III são verdadeiros;
- d - Só o item I é verdadeiro;
- e - Todos os itens são falsos.

62 - Analisando a Lei de Introdução ao Código Civil julgue as alternativas abaixo, assinalando a alternativa falsa:

- a - Não é entendido como fraude à lei os atos praticados com fulcro na lei revogada, no período da *vacatio legis*;
- b - No período da *vacatio legis* pode a lei nova ser aplicada pelos contratantes, desde que não contrarie os princípios de ordem pública vigentes, nem fira os interesses e direitos de terceiros;
- c - As emendas e correções da lei que já tenha entrado em vigor são consideradas lei nova;
- d - Se durante a *vacatio legis* vier a norma a ser corrigida em seu texto, cujas correções são publicadas, o prazo para a sua entrada em vigor é renovado;
- e - A contagem do prazo da *vacatio legis* inclui o dia da publicação e o último dia, prorrogando-se esse último se for domingo ou feriado.

63 - Ainda, analisando a Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a - Fritz, alemão, e Maria, italiana, casam-se no estrangeiro e assentam, imediatamente após as núpcias, domicílio no Brasil. Maria, após alguns dias, descobre o passado criminoso de Fritz, mas não pode invocar a anulação do casamento, com base no Código Civil Brasileiro, porque o casamento não seguiu a lei brasileira;
- b - John, inglês, celebra em território brasileiro contrato com João, brasileiro, com base na lei brasileira. Internacionalmente, a norma *locus regit actum* assegura a sua validade quanto aos requisitos extrínsecos;



- c - João brasileiro passa a ter domicílio na Espanha, mas falece ao visitar parentes na Alemanha, então, perante a LICC, a sucessão, em regra, deverá seguir a lei alemã;
- d - Rômulo, argentino, e Leticia, paraguaia, ambos com domicílio no Brasil, resolvem aqui casar-se. Então, quanto aos impedimentos dirimentes serão aplicadas as leis dos países de ambos e quanto às formalidades da celebração a lei brasileira;
- e - Todas as alternativas são erradas.

64 - Analisando as disposições do Código Civil, concernentes às causas suspensivas do casamento, julgue os itens abaixo:

- I - A situação do viúvo ou da viúva que tiver filhos do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros é tratada pela codificação de 2002 como causa suspensiva e não mais como impedimento;
- II - O raptor não pode casar com a raptada, enquanto esta não se ache fora do seu poder em lugar seguro;
- III - As causas suspensivas interferem somente na livre escolha do regime de bens pelos cônjuges, até que se cumpram as formalidades exigidas pelo texto de lei;
- IV - O não cumprimento das formalidades previstas na legislação obriga que o casamento seja celebrado pelo regime legal da separação obrigatória;
- V - A menoridade é causa suspensiva.

- a - Todos os itens são verdadeiros;
- b - Somente os itens I e II são falsos;
- c - Somente os itens III e IV são verdadeiros;
- d - Só os itens II e V são falsos;
- e - Só o item IV é verdadeiro.

65 - Verificando os itens abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - O contrato de compra e venda é um contrato oneroso, traslativo, bilateral e cumulativo;
- II - O contrato de compra e venda por ser cumulativo não permite a venda aleatória;
- III - A diferença primordial entre o mútuo e o comodato reside no fato de que o primeiro é contrato para uso e o segundo de consumo;
- IV - A venda *ad corpus* é mais usual em imóveis urbanos e verifica-se quando o imóvel está identificado como corpo certo e determinado, razão pela qual a presunção legal de exatidão do objeto dá-se em favor do comprador, logo esse pode reclamar o complemento da área ou desconto;
- V - A doação é contrato unilateral, mesmo que contenha encargo. Se o encargo constituir contraprestação o contrato não é de doação.

- a - Apenas os itens II, III e IV são falsos;
- b - Apenas os itens III e IV são verdadeiros;
- c - Só o item V é verdadeiro;
- d - Todos os itens são falsos;
- e - Todos os itens são verdadeiros.

66 - Analisando a responsabilidade civil à luz do Código Civil, do CDC, da doutrina e da jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a - A culpa de terceiro não elide a responsabilidade do prestador de serviço;
- b - A responsabilidade objetiva como tratada no novo código sempre prevê o direito de regresso;
- c - Celso Antônio Bandeira de Mello sustenta que a responsabilidade do Estado pelo assassinato de presidiário por outro presidiário é subjetiva, porque está intimamente ligada à omissão do serviço de vigilância;



- d - Só o direito de exigir a reparação é transmissível com a herança;
- e - De acordo com o STJ, no transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave.

67 - Assinale a alternativa correta, tendo em vistas as prescrições legais acerca do Bem de Família:

- a - O bem de família não se confunde com a restrição imposta pela lei da impenhorabilidade, até porque aquele visa, unicamente, prover o sustento da família e não a moradia;
- b - Não se trata de um único bem, podendo albergar até 2/3 do patrimônio;
- c - A Administração do bem de família decorre de expressa disposição legal não aceitando qualquer estipulação por ato volitivo;
- d - O bem de família só pode ser instituído pelos cônjuges ou pela entidade familiar por ato *inter vivos* e por escritura pública;
- e - Todas as alternativas são falsas.

68 - Em vista das disposições concernentes ao inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta:

- a - A pena convencional só pode ser reduzida na hipótese da obrigação ter sido cumprida em parte.;
- b - O inadimplemento da obrigação, constitui de pleno direito em mora o devedor;
- c - O valor da condenação imposta na cláusula penal não guarda qualquer correlação com o valor da obrigação principal;
- d - A cláusula penal estipulada em conjunto com a obrigação só pode referir-se à mora;
- e - Todas as alternativas são falsas.

69 - Tendo em vista os institutos da prescrição e da decadência, a distinção entre ambas formuladas pela doutrina, assim como as novas disposições introduzidas pelo novo *codex*, julgue os itens abaixo, assinalando a alternativa correta:

- I - A decadência não é suspensa nem interrompida e só é impedida pelo exercício do direito a ela sujeito. A prescrição pode ser suspensa ou interrompida pelas causas expressamente colocadas na lei;
- II - O prazo decadência não pode ser estabelecido pela vontade unilateral ou bilateral. A decadência pressupõe ação cuja origem é idêntica à do direito, sendo por isso simultâneo o nascimento de ambos;
- III - A prescrição pressupõe ação cuja origem é idêntica à do direito, sendo por isso simultâneo o nascimento de ambos. A decadência pressupõe ação cuja origem é distinta da do direito, nasce, assim, posteriormente ao direito;
- IV - A prescrição e a decadência não admitem renúncia após consumadas por parte dos interessados;
- V - As ações condenatórias não podem sofrer os efeitos da prescrição, as constitutivas ligam-se à decadência e as declaratórias não estão sujeitas nem à decadência, nem à prescrição.

- a - Só os itens I e V são verdadeiros;
- b - Só os itens III e V são verdadeiros;
- c - Apenas o item I é verdadeiro;
- d - Apenas o item V é verdadeiro;
- e - Todos os itens são falsos.

70 - Analisando o direito sucessório, julgue os itens abaixo:



- I - Os excluídos da sucessão terão direito a suceder através de reabilitação efetuada pelo ofendido por testamento, ou por outro ato autêntico;
- II - Na hipótese de inexistência de reabilitação, mas se o testador já conhecia a causa da indignidade quando da feitura do testamento, o excluído sucede no limite da disposição testamentária;
- III - A exclusão atinge o direito sucessório dos descendentes do excluído;
- IV - Nos casos de indignidade não é necessária a declaração judicial;
- V - A separação de fato há mais de um ano pode ser considerada como causa de exclusão do direito sucessório do cônjuge sobrevivente.

- a - Apenas os itens III e V são falsos;
- b - Só os itens III, IV e V são falsos;
- c - Só os itens I, II e III são verdadeiros;
- d - Todos os itens são verdadeiros;
- e - Todos os itens são falsos.

71 - Aponte, de acordo com os itens abaixo, qual alternativa retrata requisitos para a aquisição da propriedade móvel por usucapião:

- I - Posse de 3 anos entre ausentes e cinco entre presentes;
- II - O justo título e a boa-fé são sempre requisitos da usucapião de coisa móvel;
- III - Ocorre a prescrição aquisitiva de bem móvel no prazo de três anos, mas a lei exige, ainda, posse contínua e incontestável, justo título e boa-fé;
- IV - Produzirá usucapião a posse de cinco anos, independente de justo título e boa-fé;
- V - As causas suspensivas ou interruptivas da prescrição não se aplicam à usucapião de coisas móveis.

- a - Só os itens I e II são falsos;
- b - Só os itens I e V são falsos;
- c - Só os itens III e IV são verdadeiros;
- d - Só os itens IV e V são verdadeiros;
- e - Todos os itens são falsos.

72 - Analisando as exceções que podem ser opostas aos títulos de crédito, pode-se afirmar:

- a - O devedor só poderá opor ao portador exceção fundada em direito pessoal, ou em nulidade de sua obrigação;
- b - As exceções, fundadas em relação do devedor com os portadores precedentes, somente poderão ser por ele opostas ao portador, se este, ao adquirir o título, tiver agido de má-fé;
- c - O devedor, além das exceções fundadas nas relações pessoais que tiver com o portador, poderá opor a este as exceções relativas à forma do título e ao seu conteúdo literal, à falsidade da própria assinatura, ao defeito de capacidade e ou de representação no momento da subscrição e à falta de requisito necessário ao exercício da ação;
- d - As alternativas "a", "b" e "c" estão corretas;
- e - As alternativas "a", "b" e "c" são falsas.

73 - Ainda, analisando os títulos de crédito, assinale a alternativa correta:

- a - O ordenamento jurídico aceita a emissão de título de crédito em branco, que deverá ser preenchido de conformidade com os ajustes realizados, sendo que a doutrina tem entendido que nessa letra em branco há um mandato ao portador de boa fé;



- b - O aceite de uma letra de câmbio pode ser parcial, também denominado limitativo ou modificativo. Em ambas as hipóteses a lei determina que o aceitante se vincula ao pagamento do título nos exatos termos de seu aceite, provocando, no entanto, o vencimento antecipado do título;
- c - O aval é uma garantia típica dos títulos de crédito, que pode ser firmado por qualquer pessoa, estranha ou não à relação, podendo ser parcial, nos termos do Novo Código Civil;
- d - As alternativas "a" e "b" são corretas;
- e - Todas as alternativas são falsas.

74 - Julgue de acordo com as normas concernentes ao Direito Societário:

- I - Havendo uma sociedade anônima e uma empresa de responsabilidade limitada, na reorganização dessas há de prevalecer a lei das sociedades anônimas;
- II - Na transformação é o mesmo sujeito de direito coletivo que permanece transformado;
- III - A incorporação e a fusão de sociedades podem sujeitar-se à aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
- IV - Na incorporação uma sociedade absorve a outra. Já a fusão consiste na união de duas ou mais sociedades;
- V - Na incorporação e na fusão o credor prejudicado pode a elas se opor através de medida judicial.

- a - Só os itens I, II e IV estão corretos;
- b - Só o item III é falso;
- c - Só o item I é falso;
- d - Todos os itens são falsos;
- e - Todos os itens são corretos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

75 - Assinale a resposta correta:

- I - Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando: herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes;
- II - O juiz não decidirá por equidade nos casos previstos em lei;
- III - Não responderá por perdas e danos o juiz, quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte;
- IV - Em caso de urgência, o juiz não poderá autorizar ou ordenar as medidas, sem audiência do requerido.

- a - Nenhuma das alternativas é correta;
- b - Todas as afirmações são corretas;
- c - Apenas a I está correta;
- d - Somente I e II estão corretas,
- e - Apenas a III está correta.

76 - Assinale a resposta correta:

- I - A regra contida no art. 2º do GPC: "nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou interessado a requerer, nos casos e formas legais", admite exceção;
- II - O juiz não dará curador especial ao réu preso, bem como ao revel citado por edital e com hora certa;